



## AS NARRATIVAS DE FILIAÇÃO NA CONTEMPORANEIDADE

# A construção de personagens femininas no romance de filiação *Azul corvo*, de Adriana Lisboa

*The construction of female characters in Adriana Lisboa's filiation novel Crow blue*

*La construcción de personajes femeninos en la novela de filiación Azul cuervo de Adriana Lisboa*

**Renata Rocha Ribeiro<sup>1</sup>**

[orcid.org/0000-0003-1714-3182](https://orcid.org/0000-0003-1714-3182)

[renataribeiro@ufg.br](mailto:renataribeiro@ufg.br)

**Recebido em:** 15 maio 2025

**Aprovado em:** 28 ago. 2025.

**Publicado em:** 04 dez. 2025.

**Resumo:** A proposta deste artigo é analisar a construção de dois tipos de personagens femininas presentes no romance de filiação pós-ditatorial *Azul corvo*, de Adriana Lisboa, publicado em 2010: a personagem herdeira e as personagens guerrilheiras. Desse modo, a hipótese de leitura aqui levantada é a de que a reconstrução narrativa da personagem herdeira de memórias do trauma é um meio de resgate e de destaque da personagem guerrilheira, somada à noção de que tal reconstrução se faz possível pela via do romance de filiação. Para tanto, serão convocadas, como fundamentação teórica e crítica, as reflexões de Anne Muxel (1996), Berttoni Licarião (2023), Dominique Viart (2005), Euridice Figueiredo (2017, 2020, 2024), Jeanne Marie Gagnebin (2006), Joël Candau (2011), entre outros.

**Palavras-chave:** romance de filiação; personagem feminina; Guerrilha do Araguaia; *Azul corvo*.

**Abstract:** The purpose of this article is to analyze the construction of two types of female characters in Adriana Lisboa's post-dictatorial novel *Crow blue*, published in 2010: the heiress character and the guerrilla characters. Thus, the reading hypothesis raised here is that the narrative reconstruction of the heiress character of memories of trauma is a means of rescuing and highlighting the guerrilla character, in addition to the notion that such reconstruction is made possible by the filiation novel. To this end, the theoretical and critical basis will be the reflections of Anne Muxel (1996), Berttoni Licarião (2023), Dominique Viart (2005), Euridice Figueiredo (2017, 2020, 2024), Jeanne Marie Gagnebin (2006), Joël Candau (2011), among others.

**Keywords:** filiation novel; female character; Araguaia Guerrilla; *Crow blue*.

**Resumen:** El propósito de este artículo es analizar la construcción de dos tipos de personajes femeninos en la novela posdictatorial *Azul cuervo*, de Adriana Lisboa, publicada en 2010: el personaje de la heredera y el personaje de la guerrillera. Así, la hipótesis de lectura aquí planteada es que la reconstrucción narrativa de los recuerdos del trauma del personaje de la heredera es un medio para rescatar y destacar el personaje de la guerrillera, además de la noción de que tal reconstrucción es posible gracias a la novela de filiación. Para ello, la base teórica y crítica serán las reflexiones de Anne Muxel (1996), Berttoni Licarião (2023), Dominique Viart (2005), Euridice Figueiredo (2017, 2020, 2024), Jeanne Marie Gagnebin (2006), Joël Candau (2011), entre otros.

**Palabras clave:** romance de filiación; personaje femenino; Guerrilla de Araguaia; *Azul cuervo*.



<sup>1</sup> Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, Goiás, Brasil.

## Considerações iniciais

Nos últimos quinze anos, aproximadamente, tem havido um interesse crescente da narrativa literária brasileira pela exploração do período da ditadura militar de 1964-1985, seja como tema central, seja como referência paralela. De forma imediata, poder-se-ia afirmar que tal interesse justifica-se, por um lado, pela reabertura de arquivos daquele momento; por outro, em função de uma preocupação com posturas e posicionamentos revisionistas quanto a esse terrível momento da história recente do Brasil. De modo mais verticalizado, a instauração dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade (CNV) na última década ocupa papel central para o resgate das memórias da ditadura por parte de nossas escritoras e escritores. Criada pela Lei 12528/2011, essa comissão trabalhou entre os anos de 2012 e 2014 com o objetivo de “apurar graves violações de Direitos Humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988”<sup>2</sup>.

Segundo Berttoni Licarião (2023, p. 38), no texto “A memória da ditadura na ficção pós-CNV”, antes da Comissão Nacional da Verdade, ou seja, antes de 2012, o país havia passado por outros ciclos de memória cultural e

[...] encarado pelo menos dois marcos legais de responsabilidade do Estado por crimes cometidos durante a ditadura civil-militar: a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, que produziu o livro-relatório *Direito à memória e à verdade*, publicado em 2007, e a Comissão de Anistia, criada como Medida Provisória pelo presidente Fernando Henrique Cardoso em 2001 e transformada em lei no ano seguinte com o objetivo de garantir reparação financeira e outros direitos a anistiados políticos.

A questão é que nenhum desses marcos legais, ainda nas palavras de Licarião (2023, p. 38), “foi capaz de galvanizar um clima social que pudesse ser traduzido em termos de reciprocidade entre indústria cultural e mecanismos institucionais”. Para

o autor, há uma dificuldade da memória da ditadura em chegar à sociedade brasileira, e isso se deve a mecanismos institucionais de esquecimento, somados a três outros fatores. O primeiro deles seria o fato de poucas obras, entre o fim dos anos de 1990 e 2011, tematizarem a ditadura, quando comparadas àquelas que foram produzidas entre 1964 e 1985. O segundo fator diz respeito às temáticas centrais da narrativa brasileira contemporânea – o escritor Ricardo Lísias<sup>3</sup>, por exemplo, considerou que houve um deslocamento do tema da ditadura para a representação da violência urbana e, assim, um conseqüente desinteresse da classe escritora pelo período ditatorial. Por fim, outras transformações globais justificariam o empalidecimento das memórias da ditadura, como aquelas apontadas por Márcio Seligmann-Silva<sup>4</sup>: a virada subjetivista das duas últimas décadas do século XX e o fim dos grandes projetos universais, que resultou na dissolução das esquerdas.

Nessa toada, o que a literatura brasileira dos anos de 1990 e 2000 produziu sobre a ditadura é pouco comparativamente aos ciclos de memória imediatamente anterior e posterior. Como já anunciado, a partir de 2010, o cenário começa a mudar, com um retorno mais robusto da ditadura à literatura brasileira. A crítica especializada – como Eurídice Figueiredo (2017), Rejane Pivetta e Paulo Thomaz (2020), Rita Olivieri-Godet e Mireille Garcia (2020) – tem elaborado importantes reflexões no sentido de justificar esse retorno. Para Figueiredo (2017), dois elementos são importantes: o marco dos 50 anos do golpe de 1964 e o distanciamento histórico necessário para uma decantação estética. Olivieri-Godet e Garcia (2020, p. 1), ancoradas em Walter Benjamin, apontam que as “consequências da barbárie na contemporaneidade brasileira” são alimentadas “pela onipresença de um ‘inimigo que não parou de vencer’”. Por seu turno, Pivetta e Thomaz (2020) destacam uma espécie de “efeito

<sup>2</sup> As informações sobre a CNV foram retiradas de seu *site* oficial: <https://cnv.memoriasreveladas.gov.br/index.php>. Acesso em: 1 abr. 2025.

<sup>3</sup> O texto de Lísias referido por Licarião (2023) é: LÍSIAS, Ricardo. Dez fragmentos sobre a literatura contemporânea no Brasil e na Argentina ou de como os patetas sempre adoram o discurso do poder. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (org.). *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 319-328.

<sup>4</sup> O texto de Seligmann-Silva referido por Licarião (2023) é: SELIGMANN-SILVA, Márcio. Narrativas contra o silêncio: cinema e ditadura no Brasil. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio *et al.* (org.). *Escritas da violência: representações da violência na história e na cultura contemporâneas da América Latina*. v. 2. Rio de Janeiro: 7Letras, 2012. p. 64-85.

cascata" provocado pela CNV, além de trabalhos de resgate de memória em diversas esferas sociais. Munido de tais referências, Licarião (2023, p. 41, grifos nossos) conclui que a relação mal resolvida entre o passado e o presente explicaria a profusão de narrativas sobre a ditadura nos últimos anos, elaborando, então, a seguinte hipótese: a partir da observação do "conjunto heterogêneo de narrativas que compõem o ciclo de memória cultural da CNV", é possível dizer que, a despeito de suas diferentes abordagens, essas narrativas sobre a ditadura "comportam-se diante desse trauma coletivo continuado como vítimas presas a *uma cultura histórica do recalque*". Por essa fissura é que a ficção entra como possibilidade de elaboração desse "passado que não passa"<sup>5</sup>.

Ainda mais especificamente, de 2010 para o presente momento, houve também um crescimento na publicação de narrativas que tratam de um dos episódios mais sombrios do período: a Guerrilha do Araguaia, evento que ocupou um capítulo específico da quarta parte do relatório final da CNV, intitulada "Dinâmica das graves violações de direitos humanos: casos emblemáticos, locais e autores"<sup>6</sup>. Segundo os próprios relatores da CNV,

Os acontecimentos trágicos do episódio que se tornou conhecido como Guerrilha do Araguaia – pela maneira encoberta como se deu o combate das Forças Armadas contra as forças insurgentes e pelo silêncio que se buscou impor sobre o tema – possuem características que dificultam o estabelecimento de uma versão consolidada dos fatos e o esclarecimento circunstanciado das violações de direitos humanos que ali tiveram lugar (Brasil, 2014, p. 680).

Essa dificuldade para se chegar a uma "versão consolidada" sobre o que de fato aconteceu durante a Guerrilha do Araguaia também pode ser identificada como uma possibilidade para a narração literária de estabelecer suas versões. Como já referido, se há uma cultura histórica de recalque dos eventos traumáticos, a literatura se revela um espaço privilegiado para sua elaboração. As

escritoras e os escritores brasileiros, assim, têm lançado luzes sobre esse evento sombrio.

Dentro do universo das narrativas contemporâneas sobre a Guerrilha do Araguaia, observa-se também que romances de destaque sobre o evento, contando inclusive com fortuna crítica numerosa e variada, foram escritos por mulheres. Como exemplos: *Antes do passado: o silêncio que vem do Araguaia*, de Liniane Haag Brum (2012); *Palavras cruzadas*, de Guiomar de Grammont (2015); *No fundo do oceano, os animais invisíveis*, de Anita Deak (2020). Nesse panorama, o romance *Azul corvo*, de Adriana Lisboa, publicado em 2010, é considerado o primeiro romance pós-ditatorial que trata do evento do Araguaia. Ainda no processo de recorte para a proposta central do presente trabalho, a partir da leitura do romance de Lisboa, considerado, portanto, um marco na literatura brasileira contemporânea sobre a Guerrilha do Araguaia, é possível identificar, entre outras coisas, o cuidado com o processo de construção das personagens femininas.

Nesse caminho, uma das propostas de Figueiredo (2020) em *Por uma crítica feminista: leituras transversais de escritoras brasileiras* é exatamente a análise da construção de personagens femininas criadas por escritoras. No capítulo "História literária, cânone e crítica feminista", Figueiredo (2020, p. 92) questiona e convoca a crítica literária – em especial, a feminista – a refletir sobre a construção de personagens femininas:

O que deve mudar na construção das personagens femininas criadas por escritoras? É preciso elucidar quais são as estratégias narrativas que entram em circulação para não repetir o modelo do romance burguês do século XIX. [...] Assim, interessa-nos ver, dentro da perspectiva da crítica feminista, quais estratégias narrativas as escritoras dos séculos XX e XXI usam a fim de fazer que suas personagens femininas sejam sujeitos de seu próprio discurso.

Somada a essa provocação, toma-se como base também um dos pontos que a mesma autora trabalhou em *Mulheres contra a ditadura*:

<sup>5</sup> Essa expressão tem sido amplamente utilizada no contexto de obras que tratam da ditadura militar brasileira. Sua origem está na análise que o historiador francês Henry Rousso fez sobre o Estado Francês (a chamada França de Vichy ou França colaboracionista) durante a Segunda Guerra Mundial (cf. ROUSSO, Henry. *Le syndrome de Vichy*, de 1994 à nos jours. Paris: Éditions du Seuil, 1987).

<sup>6</sup> Capítulo disponível em: <https://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/documentos/Capitulo14/Capitulo%2014.pdf>. Acesso em: 1 abr. 2025.

escrever é (também) uma forma de resistência (Figueiredo, 2024), que é o das representações de mulheres que escreveram seus testemunhos do contexto ditatorial e de escritoras que produziram narrativas literárias sobre o assunto. No caso do presente artigo, veremos um exemplo desse segundo grupo.

A partir, pois, do romance de Lisboa, é possível identificar a construção de dois tipos de personagens mulheres que aparecem na ficção pós-ditatorial brasileira: o primeiro deles é a herdeira da memória; o segundo, a militante guerrilheira. Apresenta-se, então, como hipótese de leitura de *Azul corvo*, a ideia de que a construção narrativa da personagem herdeira de memórias do trauma é um meio de resgate e de destaque da personagem guerrilheira, somada à noção de que tal reconstrução se faz possível pela via do romance de filiação.

### **1 Azul corvo: romance de filiação, Guerrilha do Araguaia e a personagem herdeira**

O romance *Azul corvo*, da escritora carioca Adriana Lisboa, trata em primeira pessoa da rememoração da infância e da adolescência de Evangelina, uma jovem que conta com 22 anos durante o presente da enunciação. Vanja, como é conhecida, nasce de mãe brasileira, cujo nome é Suzana, nos Estados Unidos. Muda-se com Suzana para o Rio de Janeiro ainda bebê, onde fica até a morte da genitora, quando conta doze anos. Ao completar treze, Vanja decide retornar aos Estados Unidos em busca de seu pai biológico, Daniel, de quem nunca teve notícias. Para isso, entra em contato por telefone com o ex-marido da mãe, Fernando, um brasileiro que morava no Colorado. Com o desenrolar da trama, sabemos que Fernando, além de ter sido casado com Suzana e de ter registrado Evangelina como sua filha (atendendo a um pedido da ex-mulher), foi um guerrilheiro do Araguaia, sob o codinome de Chico Ferradura. E é na relação com Fernando, entre conversas e pelo acesso a cartas e anotações que ele guardava numa velha caixa de vinho, jogada no fundo de um

armário, que Evangelina se torna herdeira de suas memórias. Tem-se aí uma categoria importante de personagens dos romances pós-ditatoriais e dos romances de filiação.

A fortuna crítica sobre o romance em questão já se mostra bastante numerosa. De acordo com buscas realizadas em *sites* acadêmicos (como Scielo e Google Acadêmico) bem como em bancos digitais de dissertações e teses, há diversos artigos e produtos de mestrado e doutorado que utilizam a narrativa como *corpus* de análise para diferentes abordagens, seja em perspectiva comparatista ou não. Destacam-se, para o momento, dois trabalhos que dialogam com a ótica adotada neste: o artigo de Zilá Bernd e Tanira Rodrigues Soares (2016), intitulado "Modos de transmissão intergeracional em romances da literatura brasileira atual", e o artigo de Alessandra Dalva de Souza Pajolla (2015), cujo título é "Bastardos e órfãos contemporâneos: a arqueologia da infância nos romances de filiação". Ambos os artigos partem do princípio de que *Azul corvo* é um romance brasileiro exemplar na categoria "filiação" e mobilizam como fundamentação teórica básica Dominique Viart (2005). Outra convergência possível é o fato de os dois trabalhos adotarem o método comparatista, pois Bernd e Soares (2016) analisam, além da narrativa de Lisboa, as obras *Meus desacontecimentos, a história de minha vida com as palavras*, de Eliane Brum (2014), e *Olhos d'água*, de Conceição Evaristo (2015). Pajolla (2015), por sua vez, coloca o romance de Lisboa em paralelo com *Era meu esse rosto* (2012), de Marcia Tiburi, e *Chove sobre minha infância* (2012), de Miguel Sanches Neto. No que tange às escolhas analíticas, Bernd e Soares (2016) destacam a memória intergeracional e as denominações "romance memorial", "romance de filiação" e "romance familiar" em seu *corpus* de autoria brasileira contemporânea feminina, bem como alguns modos de transmissão memorial entre gerações, destacando a relação das personagens com sua ascendência e possíveis funções atribuídas à herança e à transmissão. Em sua leitura, Pajolla (2015) entende o romance de filiação como um gênero

que explora a tendência de reconstituição das origens e a busca de identidade de personagens da narrativa contemporânea. Para tanto, observa nas obras elencadas o retorno à infância como forma de autoconhecimento e também de busca de pertencimento.

No presente estudo, partilha-se da mesma fonte teórica dos trabalhos citados quanto à denominação "romance de filiação": Dominique Viart (2005) em "Récits de filiation". Para o autor, a partir da década de 1980, o romance francês passa por algumas transformações, como o deslocamento da busca da *interioridade* (típica dos romances autobiográficos e autoficcionais) pela *anterioridade* (Viart, 2005, p. 79). O ponto de partida para o resgate memorial não será mais o próprio narrador, mas aquilo que herda de um seu antepassado, para daí se chegar a uma outra percepção de sua própria identidade e pertencimento. É dessa mudança, analisando os romances *La place* (1983), de Annie Ernaux, e *Vies minuscules* (1984), de Pierre Michon, que Viart (2005) desenvolverá o conceito em questão. Para o teórico francês, o romance de filiação problematiza, após os grandes traumas históricos do século XX, a herança desse passado violento e, por muitas vezes, silenciado.

Antes de Viart (2005), também em contexto francófono, a professora canadense Régine Robin (1989) utiliza a denominação "romance memorial" para as obras romanescas contemporâneas que escrevem a memória, que buscam o preenchimento das lacunas tanto de fatos históricos quanto de memórias pessoais, auxiliando assim no registro de uma história de vida. Logo, a nosso ver, a definição de Viart (2005), a despeito de algumas diferenças, dialoga diretamente com a de Robin (1989), em *Le roman mémoriel*, podendo complementar-se.

Ademais, como o vínculo que une as duas gerações do romance se torna familiar, posto que Evangelina se filia afetivamente a Fernando, é interessante recorrer às funções que Anne Mu-

xel (1996) atribui à memória familiar, em *Individu et mémoire familiale*. Ainda que, de acordo com a autora, seja difícil classificar ou explicitar as funções da memória familiar, devido ao fato de a enunciação de uma memória e de sua rememoração possuir uma "extrema especificidade individual" (Muxel, 1996, p. 13), Muxel elenca três funções principais para esta mesma memória familiar:

- uma função de *transmissão*, que faz parte da continuidade de uma história familiar e que se esforça para perpetuar suas particularidades;
- uma função da *revivescência* ligada à experiência emocional e à vivência pessoal;
- finalmente, uma função de *reflexividade*, voltada para uma avaliação crítica de seu destino (Muxel, 1996, p. 13, tradução e grifos nossos)<sup>7</sup>.

Dessa maneira, no processo de recebimento de memórias familiares, a transmissão se faz necessária para que haja uma espécie de perpetuação; ao transmitir a memória, acontece a *revivescência* do evento, que perpassa os caminhos afetivos e pessoais, para daí se alcançar a *reflexividade* que a ação de transmitir carrega em si, ou seja, uma reavaliação do que aconteceu. É relevante também destacar que, para Muxel (1996, p. 13), o trabalho da memória não se faz sem o trabalho do esquecimento. Ele mesmo possui também suas funções. Em *Azul corvo*, há o jogo familiar/particular/individual e coletivo, pois as memórias de Fernando, além de serem suas, ou seja, individuais, carregam também um sentido de coletividade por se contextualizarem em um evento histórico importante no cenário brasileiro.

Como mencionado, em *Azul corvo*, Adriana Lisboa escolhe resgatar da história do período ditatorial brasileiro um dos episódios mais temerários no que tange à violência de estado: a Guerrilha do Araguaia. Mesmo tendo se passado mais de sessenta anos desde o Golpe Militar de 1964, ainda não há um consenso sobre os eventos subsequentes a esse fato no campo da História. Daniel Aarão Reis Filho (2015, p. 237), por exemplo, em "Ditadura no Brasil entre história e memória",

<sup>7</sup> No original: "- une fonction de transmission, s'inscrivant dans la continuité d'une histoire familiale et s'attachant à en perpétuer les particularismes; - une fonction de reviviscence liée à l'expérience affective et au vécu personnel; - enfin une fonction de réflexivité, tournée vers une évaluation critique de sa destinée".

afirma que os registros históricos sobre a série de acontecimentos que englobam a ditadura têm "recebido diferentes versões e, em muitos momentos, aparece saturada de memória, também cambiante nestes 50 anos desde seu advento". Assim, o professor aborda alguns dos pontos polêmicos referentes à ditadura brasileira, como seu caráter militar; o "sequestro das esquerdas revolucionárias" (Reis Filho, 2015, p. 242); a ideia da ditadura como "ruptura drástica" ou como "parênteses" (Reis Filho, 2015, p. 246).

Janaina de Almeida Teles (2013, p. 8), em "Ditadura e repressão no Brasil e na Argentina: paralelos e distinções", explica que o "Brasil teve uma ditadura empenhada em ações repressivas seletivas, que preservou uma aparente normalidade institucional, com focos de ação violenta, os quais foram diferentemente orientados conforme o alvo em questão". Ainda de acordo com Teles (2013, p. 13-14), até o início da década de 1970, "a tendência do aparato repressivo era o assassinato de dissidentes (sobretudo sob tortura), cujo óbito era divulgado como morte em tiroteio, atropelamento ou suicídio, enterrados como indigentes, com nome e *causa mortis* falsos, em cemitérios públicos". Em seguida, essa "tendência" foi trocada pela dos "desaparecimentos forçados", que não precisavam ser "explicados pelo governo" (Teles, 2013, p. 14). Assim, naquele momento, "não interessava divulgar a existência de guerrilhas, tanto para evitar o 'efeito multiplicador da propaganda' quanto para diminuir a repercussão de violações de direitos humanos no país e no exterior" (Teles, 2013, p. 14).

É nesse contexto, pois, que a Guerrilha do Araguaia se enquadra. Todo o processo citado por Teles (2013, p. 14) culmina nesse evento, uma vez que a autora afirma que a conjuntura do governo do general Ernesto Geisel (1974-1979)

[...] foi acompanhada por um recrudescimento da repressão à Guerrilha do Araguaia e aos remanescentes da luta armada urbana, bem como pelo aumento da repressão sobre a oposição não armada, tais como membros do Partido Comunista Brasileiro (PCB), da Ação

Popular Marxista Leninista (AP-ML) e militantes católicos.

Já Rodrigo Corrêa Diniz Peixoto (2011, p. 480), em "Memória social da Guerrilha do Araguaia e da guerra que veio depois", localiza e sintetiza o episódio histórico da seguinte maneira:

A Guerrilha do Araguaia teve lugar nas regiões sudeste do Pará e norte do então estado de Goiás (atual Tocantins), abrangendo também terras do Maranhão, na área conhecida como "Bico do Papagaio". Ocorreu entre meados da década de 1960, quando os primeiros militantes do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) chegaram à região [...], e 1974, quando os últimos guerrilheiros foram caçados e abatidos por militares, especialmente treinados para combater a guerrilha e determinados a não fazer prisioneiros.

Peixoto (2011, p. 482) segue sua explanação informando que a inspiração da Guerrilha do Araguaia foi a Revolução Chinesa de 1949: "dos 15 militantes iniciais, chegados à região até 1968, sete teriam feito cursos de capacitação na China" – ficcionalmente, Fernando seria um desses militantes que viajaram até a China. Além disso, "a guerrilha objetivou lutar contra a ditadura militar e fomentar, a partir do campo, uma democracia popular no Brasil" (Peixoto, 2011, p. 482).

No contexto do romance de Lisboa, a ditadura brasileira e o episódio do Araguaia eram, para Evangelina, apenas um conteúdo distante e monótono das aulas de História. A construção de uma narrativa não linear, comum nos romances de filiação, denota a necessidade de Vanja de preencher, da maneira que deseja, o que ela chama de "os buracos da memória" (Lisboa, 2014, p. 173). Segundo a narradora, para que se conheça o outro, para que o passado seja acessado, faz-se necessário, entre o que é lembrado e o que é esquecido, entre o conhecido e o desconhecido, buscar algo que funcione como uma estopa que preencha esses vazios. Ela mesma conclui o seguinte sobre as lacunas do discurso de Fernando: "se as pessoas não me forneciam detalhes, eu tinha o direito moral de providenciá-los eu

mesma" (Lisboa, 2014, p. 60-61)<sup>8</sup>. A narrativa de Evangelina se revela como um amálgama entre o que foi e o que poderia ter sido, uma vez que ela recria sua genealogia, a vida da mãe e as memórias de Fernando sobre o Araguaia.

Nesse ponto, acredita-se ser importante destacar a acepção de memória observada no presente estudo, que é a de Joël Candau (2011, p. 9, grifos nossos) em *Memória e identidade: é a memória, "acima de tudo, uma reconstrução continuamente atualizada do passado, mais do que uma reconstituição fiel do mesmo"*. Evangelina, assim, não *reconstitui* o passado, mas o *reconstrói* à sua maneira e percepção. De certa forma, além de herdar, Vanja *se apropria* das memórias de Fernando, trazendo-as para a constituição também de sua identidade, à medida que reivindica para si o direito de preencher as lacunas deixadas para trás. Ela admite, ao ouvir a versão de Fernando sobre o que vivera no Araguaia, que as coisas (eventos traumáticos) são diferentes quando se vive depois delas. Essa conclusão é elaborada quando Vanja explica o porquê de Fernando e seus companheiros (os combatentes do regime, enfim) terem escolhido o caminho da luta armada segundo o modelo chinês, o da guerra popular:

E hoje em dia todo mundo está a par de tudo isso. Mas as coisas têm um rosto distinto quando vivemos o pós-elas. Quando nascemos tantos anos depois. Quando precisamos que nos informem, que nos expliquem, que nos digam que era óbvio o óbvio que pulou para dentro dos arquivos. As verdades feias foram ao banheiro e retocaram a maquiagem (Lisboa, 2014, p. 59).

É importante destacar que é exatamente desse exercício da narradora, de sua necessidade de conhecer o passado, tanto o seu quanto o de seu país, que emerge sua narrativa de filiação. Quanto à personagem herdeira, os estudiosos do romance de filiação e/ou do romance memorial e da transmissão geracional afirmam que ela pode tanto assumir para si a responsabilidade da manutenção da memória recebida ou rebelar-se contra ela. Por exemplo, Viart (2005)

considera que, no romance de filiação, há duas possibilidades quanto à ação do herdeiro: render tributo à memória familiar ou enfrentá-la (e a partir daí estabelecer uma ruptura ou uma reconciliação). Já Muxel (1996) pontua que há três mecanismos de transmissão: a obstinação, a rejeição e a novidade. A obstinação estaria no campo da lealdade, da aceitação fiel da memória. A rejeição, como o próprio nome indica, estaria no campo da ruptura com a herança. A novidade, enfim, seria a inauguração, a partir do recebido, de outras possibilidades. Nesse sentido, o que se entende é que, no processo de transmissão, o herdeiro tem o poder de decisão sobre o que será feito daquilo que recebe.

Como herdeira, Evangelina decide saber o que houve diretamente de Fernando, além de pesquisar, elaborar e narrar aquilo que recebeu após a morte de seu pai afetivo, nove anos depois de terem se (re)encontrado. Sob essa ótica, Vanja não se porta como uma herdeira rebelde ou problemática, muito pelo contrário: ela admite que, na escola, a ditadura era algo chato e visto *en passant* nas aulas de História. Entretanto, a partir do momento em que Fernando se abre com ela e partilha de seu sofrimento e sua culpa – tanto da fuga quanto da sobrevivência –, a então adolescente quer saber de tudo. Sua curiosidade tem início em um momento em que, conversando sobre o passado enquanto preparavam uma refeição na cozinha, Fernando deixa implícito que era um tipo de foragido:

Ele picava couve para fazer farofa. Peguei um pedaço de couve que caiu no chão e coloquei de volta na tábua. E arrisquei: Por que é que você teve que sair do Brasil?

Ele picava a couve e a faca dava golpes secos na tábua. Plac. Plac. Plac.

Estavam atrás de mim.

A polícia?

O Exército.

O que você fez?

Algumas coisas.

Erradas?

<sup>8</sup> Em outro texto, abordamos essa e outras questões sobre o romance de Lisboa. Cf.: RIBEIRO, Renata Rocha. "A realidade obedecia a uma outra escala": realismo afetivo em Azul corvo, de Adriana Lisboa. Alea: Estudos Neolatinos, Rio de Janeiro, v. 21, p. 111-133, 2019.

Na opinião deles, sim. Eram tempos difíceis.

Eu não sabia se devia ou não sacudir Fernando para que ele me contasse logo o que acabou me contando ao longo dos meses seguintes [...]. Para que ele me falasse de armas de fogo e daquela outra mulher (Manuela/Joana) anterior a Londres e à minha mãe, anterior a Lakewood, Colorado, e muito anterior à Vanja. A mulher da carta no anonimato da caixa de madeira de vinho El Coto de Rioja.

Mas a ideia de sacudir Fernando dava certo medo, ainda. [...] como se eu tivesse direito à vida dele. Não tinha. Já era demais estar ali apenas porque algum dia ele me havia dado de presente seu nome em minha certidão de nascimento (Lisboa, 2014, p. 131-132).

Nesse momento, Evangelina contém seu desejo de pedir a Fernando para que lhe contasse o que houve no passado, sobre o porquê de ter sido perseguido pelo exército. Ainda não partilhavam de intimidade; ela se contentou com o favor que era simplesmente estar ali, ser recebida por ele. Porém, à medida que estreitam seus laços de convivência, Evangelina demonstra o interesse em herdar suas memórias, em saber sobre a Guerrilha, sobre Manuela, sobre Suzana antes de seu nascimento. Fernando então consegue, por meio de sua fala, elaborar de certa maneira seu trauma, posto que não havia contado o que vivera a ninguém, exceto alguma pouca coisa a Suzana.

Fernando, portanto, viveu a Guerrilha do Araguaia e também o momento pós-guerrilha: ao ver sua ideologia ruir, teve de reconstruir a vida com o fantasma do que ele poderia julgar como covardia, isto é, a sua fuga, exatamente no momento em que o grupo de militantes de seu destacamento se dirigia à sua primeira ação bem-sucedida. Chico Ferradura simplesmente parou. Deu-se conta de que todos eles que ali se encontravam morreriam, de que já eram fantasmas, de que a força do oponente seria maior. Entrou então na mata, dirigiu-se a Goiânia, onde morava a mãe, e, depois de reencontrá-la, nunca mais retornou ao Brasil. Evangelina faz parte daqueles que nasceram "tantos anos depois" da ditadura e recebe as memórias desse homem que em primeira instância não seria nada seu. Com o decorrer do tempo e ao terem se transformado tacitamente em pai e filha – resgatando assim o vínculo apenas existente no documento da

adolescente –, Fernando e Evangelina se unem por laços de afeto, a despeito de qualquer necessidade consanguínea.

Para Candau (2011, p. 141), cada pessoa mobiliza as "funções de revivescência e reflexividade" em relação ao passado por meio de uma reapropriação, totalmente idiossincrática, como a narrativa de Vanja. A reapropriação faz com que o indivíduo elabore e narre sua própria história, realizando também a "aprendizagem da alteridade" (Candau, 2011, p. 141). Ao se tornar, portanto, a herdeira das memórias de Fernando, nessa transmissão intergeracional e familiar, Evangelina irá, de posse das lembranças do que ouviu e do que leu nos papéis esquecidos, bem como das pesquisas que realizou na *internet*, reelaborar essa narrativa, a história do pai e, também, refletir sobre a história recente do Brasil.

A partir dessa análise, como já aventado, Evangelina é identificada como a personagem herdeira, comum nos romances de filiação. Desse modo, a menina cumprirá as funções da memória familiar, nos termos de Muxel (1996): Fernando transmite suas memórias pessoais a fim de se perpetuar e de passar adiante uma memória coletiva; ao fazê-lo, revive o passado, ao mesmo passo que faz com que Evangelina tenha sua experiência e compreensão diante do fato, em sua própria memória; a partir daí, Evangelina reflete sobre a matéria narrada, apropria-se dela e recria, com os detalhes de que dispõe e que inventa, a história de Fernando, a sua e também a da nação. Para além disso, também se pode convocar a expansão do conceito de "testemunha" de Jeanne Marie Gagnebin (2006, p. 57) em "Memória, história, testemunho": "aquele que não vai embora, que consegue ouvir a narração insuportável do outro e que aceita que suas palavras levem adiante, como num revezamento, a história do outro".

Nessa esteira, a narração de Evangelina é, além de uma afirmação da própria identidade, a manutenção da memória do pai afetivo e uma forma peculiar de enxergar o fato histórico dado.

## 2 A personagem guerrilheira em *Azul corvo*

Como foi destacado na introdução, a proposta de leitura deste estudo parte da ideia de analisar, à luz de Figueiredo (2020), como as escritoras brasileiras representam personagens mulheres, de modo a contribuir para os estudos críticos feministas. Além da personagem herdeira do trauma, também é representada em *Azul corvo* a personagem guerrilheira, e ambas mantêm, entre si, uma ligação entre passado e presente, posto que há um resgate de uma pela outra a partir da via da transmissão familiar, do gênero romance de filiação. Seguindo essa linha, Vanja elabora, pela narrativa de Fernando, perfis de mulheres que participaram da guerrilha armada rural. A moça reconstitui principalmente a figura de Manuela, a companheira de Chico Ferradura durante o período em que ele esteve no Araguaia, bem como cita outras guerrilheiras: algumas delas de existência real, outras que aparecem sem nome, e todas mostram com o que as mulheres guerrilheiras tinham de lidar.

Manuela, codinome de Joana, era uma estudante carioca que, no momento em que conheceu Chico Ferradura, já no Araguaia, contava 23 anos – a faixa etária de Evangelina no presente de sua emissão. Segundo a narradora, “Fernando tinha uma carta, uma só, de Manuela, a moça que conheceu no Araguaia. E que não se chamava, claro, Manuela, como ele não se chamava Chico. O nome dela era Joana. A carta vinha assinada apenas com um M.” (Lisboa, 2014, p. 109). A carta datava do final de 1971.

Na reconstrução memorialística de Vanja, ao conhecer Manuela, Chico observara seus cabelos pretos e lisos, suas mãos finas, “bem mais acostumadas aos livros do que à selva” (Lisboa, 2014, p. 64). Ao sair do Rio de Janeiro, a jovem não sabia para onde o partido a enviaria. Ao chegar no Araguaia, recebeu um facão, um revólver e teve de se adaptar ao ambiente, entre a aprendizagem da guerrilha e das atividades relacionadas ao campo e à mata, transformando as mãos finas em mãos calejadas. O companheiro César mandara a recém-chegada Manuela cortar lenha e levar

para a base, como forma de treinamento físico e disfarce: “você fica em forma e depois carregar lenha é como carregar armas ou o corpo de um companheiro ferido. E ninguém acha que estamos fazendo nada demais, só cortando lenha” (Lisboa, 2014, p. 112).

Ao narrar os eventos relacionados à chegada de Manuela à região do chamado Bico do Papagaio (norte do atual estado do Tocantins, ainda Goiás à época), Vanja questiona ironicamente, em uma espécie de discurso indireto livre assinalado entre parênteses, as motivações das mulheres para se “meterem em política”:

(O que diabos estavam as mulheres fazendo metidas em política, tornando-se ainda por cima guerrilheiras, numa época em que ainda se esperava delas que ficassem circunscritas ao âmbito do lar e da vida privada? Putas comunistas. Era o apelido que elas ouviriam nas sessões de tortura. Contra a pátria não há direitos) (Lisboa, 2014, p. 112).

Nesse momento, Evangelina toca em questões relacionadas à violência de gênero nas torturas de mulheres. Além de serem chamadas de “putas” nesse contexto, ainda de acordo com o levantamento feito por Figueiredo (2024), as mulheres eram vítimas de todo tipo de violência sexual e torturas específicas. Ainda havia os casos das gestantes e das mães: abortos provocados pelas agressões físicas e psicológicas, injeções para cessar a produção de leite das lactantes, ameaças de violência contra suas crianças. Em seu relatório, a Comissão Nacional da Verdade dedica um capítulo especial à violência de gênero e à violência contra crianças e adolescentes. Sob o título “Violência sexual, violência de gênero e violência contra crianças e adolescentes”, o décimo capítulo da terceira parte (“Métodos e práticas nas graves violações de direitos humanos e suas vítimas”) mostra tais práticas como forma de dominação e poder:

No exercício da violência, mulheres foram instaladas em *loci* de identidades femininas tidas como ilegítimas (prostituta, adúltera, esposa desviante de seu papel, mãe desvirtuada etc.), ao mesmo tempo que foram tratadas a partir de categorias construídas como masculinas: força e resistência físicas (Brasil, 2014, p. 402).

Nesse capítulo, são mostradas as práticas de tortura relacionadas aos corpos das mulheres: em seus testemunhos, "aparecem sistematicamente relatos de humilhações, maus-tratos e torturas sofridas, acompanhados de referências explícitas ao fato de que haviam se afastado de seus 'lugares de esposa e mãe' e ousado participar do mundo político, tradicionalmente entendido como masculino" (Brasil, 2014, p. 404). Segundo os relatos, as mulheres eram submetidas a corrente elétrica em regiões sensíveis, como os mamilos e a genitália; animais de diversas espécies eram utilizados também nas torturas e, no caso das mulheres, camundongos eram inseridos pelo canal vaginal "com o argumento de que este animal não sabe andar para trás" (Brasil, 2014, p. 374). Ao terem seus corpos despidos e expostos, em suas narrativas, as mulheres torturadas destacam a especificidade de serem mulheres, ameaçadas não apenas por sua integridade física, mas também psicológica, ao ouvirem, entre outras coisas, que eram "vacas" e que "ficaria muito mal" para elas, especialmente as jovens, frequentarem sindicatos e se meterem com política, já que isso as excluiria da possibilidade de um "relacionamento sério" diante da sociedade.

Ademais, a violência e os impedimentos de gênero não eram impostos apenas pelos inimigos. Ainda segundo o estudo de Figueiredo (2024), as organizações de esquerda espelhavam o machismo da sociedade, pois poucas eram as mulheres que assumiam cargos de liderança na militância. Além disso, a divisão de tarefas era desigual e muitas mulheres eram desacreditadas por não terem uma formação marxista na ponta da língua. Elas não tinham suas opiniões valorizadas ou consideradas nem sobre questões como o aborto. O partido recomendava, em caso de gravidez, sua interrupção. Esse contexto é exposto em *Azul corvo* por meio de duas guerrilheiras: Ana e Regina, cujas especificidades serão comentadas em seguida.

A personagem Ana chegou à região da guerrilha com seu marido, Pedro. Ao se descobrir grávida, ela não quis se submeter ao aborto recomendado pelo partido; logo, ela e o esposo

fugiram, "tomaram um ônibus, receberam ajuda de amigos. Depois de viver alguns meses na clandestinidade em Fortaleza, ele teria a ideia de ir até o Dops tirar segunda via de sua carteira de identidade" (Lisboa, 2014, p. 110). Nesse local, Pedro foi preso e, sob tortura na Polícia Federal,

[...] inventaria algumas coisas, trocava nomes (a cidade de Xambioá, por onde os guerrilheiros também transitavam, viraria Xangri-Lá), mas acabaria dando pistas dos locais de treinamento da guerrilha. Seus torturadores já estavam a par, como ele diria mais tarde, da presença do PCdoB na região (Lisboa, 2014, p. 110).

É interessante a escolha de Vanja pelo uso do futuro do pretérito, conferindo uma imprecisão quanto ao que aconteceu com Pedro em sua possível delação. Tais Morais e Eumano Silva (2005, p. 15), em *Operação Araguaia: os arquivos secretos da guerrilha*, realizaram uma pesquisa minuciosa sobre vários "documentos produzidos por integrantes das Forças Armadas e guerrilheiros, entrevistas com moradores da região, sobreviventes da luta e familiares". Entre essas pessoas, figuram o casal Pedro e Ana, codinomes de Pedro Albuquerque Neto e Tereza Cristina, mostrando que Lisboa utilizou a existência do casal em seu processo de ficcionalização do evento. Segundo Morais e Silva (2005), a insatisfação de Ana com o movimento já começara com a saída de São Paulo e a chegada ao Araguaia, pois não sabiam que iriam para uma guerrilha rural. Insatisfeita, ela "[...] não comparece às reuniões. Dispõe-se apenas a participar dos treinamentos militares e outras tarefas que exigem andar pela mata. Torna-se exímia conhecedora das trilhas próximas. Só pensa em fugir" (Morais; Silva, 2005, p. 44). Assim, Lisboa utiliza em seu romance a história do casal de maneira bem próxima aos relatos de envolvidos, uma vez que retrata a questão da gravidez e do aborto relacionados à vida das guerrilheiras segundo o partido, bem como traz a prisão de Pedro, que se destacou pelo fato de ter sido o primeiro preso no processo de repressão da guerrilha.

A companheira Regina, por sua vez, era casada com Beto; engravidou e "submeteu-se a um aborto conforme a orientação do Partido" (Lisboa,

2014, p. 120). Como o aborto fora feito de forma inadequada, o feto continuava em seu corpo e ela recebeu licença para ir se tratar em outro lugar. O caso de Regina, codinome de Lúcia Regina Martins, tornou-se emblemático no contexto da guerrilha, pois o PCdoB acreditava que, ao ter deixado a região e logo em seguida o partido, ela teria delatado o movimento. Assim como no caso de Ana e Pedro, Lisboa (2014) ficcionaliza Regina de maneira bem próxima de sua existência fora do romance. O jornalista Hugo Studart (2012) tem se dedicado à pesquisa sobre a Guerrilha do Araguaia e conseguiu entrevistar alguns dos guerrilheiros sobreviventes, entre eles, Lúcia Regina. Segundo o estudioso, Regina faz parte daqueles que optaram por um "esquecimento deliberado" (Studart, 2012, p. 19) do que viveram no Araguaia:

Lúcia Regina entrou para a guerrilha, segundo me relatou, muito mais para acompanhar o marido Lúcio Petit da Silva. Ficou grávida e foi obrigada pelos comandantes a fazer um aborto. Estava prestes a morrer de infecção quando, em dezembro de 1971, Maurício Grabois tomou a decisão de autorizar seu retorno a São Paulo. Foi só então que seus pais souberam onde estava e o que fazia. Regina abandonou o partido dois meses antes de os militares chegarem à região e "desapareceu" no anonimato da cidade. A partir de 1980, o PCdoB passou a apontá-la como a principal suspeita de "delação" da guerrilha aos militares.

Além de Ana e Regina, outras militantes de existências extraliterárias são citadas no romance, como Dona Maria, codinome de Elza Monnerat, e Walk, codinome de Walkíria Afonso Costa, cuja prisão e desaparecimento marcam o fim da guerrilha, no ano de 1974. Sobre Walk, Evangelina assim se refere, uma única vez: "A última guerrilheira foi executada em outubro. Walkíria Afonso Costa, a Walk, estava presa em Xambioá" (Lisboa, 2014, p. 281). Rafaela Pannain (2021), no artigo "A caminho do Araguaia: três trajetórias militantes", analisa, entre outros dois, o perfil de Elza Monnerat (Dona Maria). Segundo a estudiosa, Elza Monnerat já era militante de longa data quando se dirigiu ao Araguaia, contando à época com 54 anos, sendo a "única mulher dentre os seis militantes da 'primeira geração' do PCdoB deslocada para

a região da guerrilha" (Pannain, 2021, p. 303). A autora ainda destaca a diferença no que tange à questão do gênero entre os militantes:

Se tomarmos em conta apenas responsabilidades familiares, a disponibilidade biográfica não foi um fator decisivo para o engajamento dos militantes homens, que eram casados e tinham filhos, diferente de Monnerat. Vale notar que as esposas de Grabois e Amazonas [dois guerrilheiros] pertenciam ao PCdoB e não participaram da guerrilha. Com efeito, o engajamento de mulheres implicava na superação de barreiras criadas em diferentes esferas sociais – família, religião, trabalho, escola – pelo aparato repressivo estatal e dentro dos próprios grupos políticos dos quais faziam parte (Teles, 2014, p. 13). Dentre os 78 militantes enviados pelo PCdoB para preparar o movimento armado no sudeste do Pará, estavam apenas 19 mulheres (Pannain, 2021, p. 321).

Dedicada à causa socialista até a morte, aos 90 anos, no romance de Lisboa, Elza Monnerat aparece em dois momentos. No primeiro, Vanja descreve duas operações dos investigadores militares, a Operação Peixe I e a Operação Peixe II. Tais operações tinham o intuito de "vigiar, investigar, prender, interrogar" (Lisboa, 2014, p. 118), indicando o momento de chegada e permanência inicial dos guerrilheiros. Souberam que havia ali um forasteiro de nome Joca, que havia comprado terras na região e "[...] começado a receber gente que apresentava aos moradores como seus familiares: uma tal de dona Maria, um tal de Cid, um tal de Mário, um tal de Luiz. Um japonês, uma loura. Um casal chamado Beto e Regina" (Lisboa, 2014, p. 119). Essa família "grande e diversificada" (Lisboa, 2014, p. 119) chamou a atenção dos militares, que desconfiaram que Joca fosse "um experiente militante da Ação Libertadora Nacional chamado João Alberto Capiberibe" (Lisboa, 2014, p. 119), informação que é confirmada posteriormente. Mas eles "não desconfiavam que a tal dona Maria era Elza Monnerat [sic], a veterana comunista que já tinha quase sessenta anos de idade àquela altura" (Lisboa, 2014, p. 119). O segundo momento em que Elza é referida no romance é posterior à fuga de Fernando, pois Vanja informa que, depois disso, ele soube que "os guerrilheiros que permaneceram na área se dispersavam e depois se reagrupavam,

tentando despistar o inimigo" (Lisboa, 2014, p. 279), em vão. Evangelina continua sua narração, apontando os destinos de alguns dos militantes e, dentre eles, Elza:

No começo de 1974, um membro da Comissão Militar da guerrilha fugiu da mata – Ângelo Arroyo, ex-comandante de Chico e Manuela no Destacamento A. (Fugiu, mas insistia, já em São Paulo, na continuação da luta no Araguaia. Menos de três anos depois, foi encontrado e assassinado pela repressão.) Outros membros do Comitê Central, como João Amazonas e Elza Monerat [sic], havia muito que já não se encontravam mais na região do Bico do Papagaio (Lisboa, 2014, p. 279).

Não se sabe ao certo até que ponto houve partilha de informações privilegiadas para certos membros do partido, como os do Comitê Central, posto que haviam saído da região antes do fim da guerrilha. Segundo o relatório da CNV, Elza Monnerat era responsável pelo deslocamento de outros guerrilheiros, não pertencentes ao Comitê, para a região. Inclusive, a CNV também aponta incerteza quanto à veracidade de certos relatos, como aquele feito por Ângelo Arroyo, citado por Vanja. A Comissão afirma que o "Relatório Arroyo", datado de 1974 e apresentado ao Comitê Central do PCdoB "[...] pelo guerrilheiro Ângelo Arroyo, contém informações importantes sobre os eventos ocorridos no Araguaia. Entretanto, o informe não cobre todo o período em que houve ações dos militantes comunistas e dos militares na região" (Brasil, 2014, p. 681).

Voltando à construção do perfil de Manuela, Vanja mostra, a partir dos diálogos que imagina entre a moça e Chico, que ela acreditava que a guerrilha daria certo. Manuela também se tornou professora das crianças da região em uma escola que ajudou a construir, após se recuperar da malária que havia contraído:

Uma semana mais tarde ela estava dando aulas de novo, na escola criada e mantida pelos guerrilheiros, para crianças que não tinham nada, que só tinham o que a família extraía da benevolência da terra e dos rios, os filhos dos posseiros que temiam os grileiros que estavam do lado do poder (Lisboa, 2014, p. 122).

Em outras narrativas sobre a ditadura, sobre-

tudo aquelas não escritas por mulheres, boa parte das personagens femininas eram as mães e namoradas em sofrimento pelos filhos e pelos namorados militantes. Quando entravam para a militância, por vezes o faziam por amor a um de seus membros. Em *Azul corvo*, por exemplo, há a referência da mãe preocupada. A mãe de Fernando é citada duas vezes, sendo que na primeira existe a preocupação materna sobre as coisas com que o filho havia se metido, o que demonstra o desconhecimento ou a discordância da geração dos pais e mães dos militantes e seus ideais. Por ela, Fernando deveria seguir aquilo que se esperaria de um rapaz àquela altura da vida: casar-se, ter filhos e não ficar tanto tempo sem dar notícias.

Ainda no contexto da militância das mulheres, segundo a pesquisa de Figueiredo (2024, p. 62), as militantes sobreviventes reconhecem o "entusiasmo juvenil" como propulsor da entrada no movimento, mas recusam adjetivos como "irresponsáveis, inconsequentes, desajustadas", pois encaravam seu papel na luta com muita seriedade. Nesse sentido, na recriação de Evangelina, a estudante Manuela, apesar de certa ingenuidade mostrada em alguns gestos, como o de ter levado para a guerrilha, "[...] em segredo, um frasco de esmalte e outro de acetona. E um punhado de algodão" (Lisboa, 2014, p. 65), demonstra ter entrado na militância por vontade própria. Chico pergunta a ela o que estava fazendo ali, ao que ela responde: "O mesmo que você" (Lisboa, 2014, p. 113). Manuela acreditava em seus propósitos, mesmo quando Fernando começou a temer pelo futuro deles ao se dar conta da superioridade bélica e quantitativa dos militares. A única carta que Fernando tinha de Manuela, referida anteriormente, datada de fins de 1971, fora escrita antes do momento em que os militares descobriram a guerrilha e se dirigiram à região do Araguaia. Como ela achava que iria morrer de malária, quis deixar um pedido ao então namorado: caso ela não escapasse da doença, que ele desse a notícia aos pais dela no Rio de Janeiro. Apesar de todo sofrimento físico, da perda de peso, da pele marcada de picadas de insetos e cicatrizes,

ela pediu que chegasse a seus pais o recado de que ela nunca se arrependera de estar no Araguaia, mesmo morrendo de doença, não em combate. Nessa carta, há uma menção a outra companheira, Inês, que diz a Manuela que ela não morreria naquele momento. De fato, sua morte não se deu nem por doença nem durante um combate: Manuela foi presa faminta, magra e doente quando estava abrigada na casa de uma camponesa. De acordo com Vanja, depois disso, "não se soube mais dela. Seus pais envelheceram e morreram sem saber dela" (Lisboa, 2014, p. 280).

Além de Manuela e dessas outras personagens nomeadas – Ana, Regina, Walkiria, Elza, Inês –, há ainda no romance a menção a duas companheiras, cujos nomes ou codinomes não são identificados. A primeira delas aparece quando Vanja menciona os cinco mil militares que estavam à caça dos guerrilheiros em Xambioá e suas imediações. Segundo a narradora, essa guerrilheira pertencia ao destacamento C e, presa pela traição de um dos moradores locais, foi torturada sozinha ali mesmo, às margens do rio Araguaia, por cerca de trinta homens, que a despiram, socaram, chutaram, quase afogaram, deram choques em seu corpo molhado enquanto era chamada de "puta comunista" e, nos intervalos das agressões, jogavam-na em um buraco. Logo, onde "a mata deveria ter sido a sua segunda mãe, onde a população ia se aliar aos guerrilheiros" (Lisboa, 2014, p. 218), essa mulher foi entregue, torturada, e dela não se soube mais notícias. Essa personagem representa, assim, uma desaparecida do Araguaia. A CNV também dedicou uma parte de seu relatório a este tópico, contido no capítulo sétimo ("Quadro conceitual das graves violações") da já citada terceira parte, intitulado "Desaparecimento forçado e ocultação de cadáver". Nessa seção, a complexa prática do desaparecimento forçado é definida, em linhas gerais, como a "detenção, seguida da execução e da ocultação de cadáveres de milhares de pessoas" (Brasil, 2014, p. 290). Nesse sentido, há uma distinção entre as categorias de "morto" e "desaparecido":

quando as vítimas foram privadas de sua liberdade, mortas e depois enterradas como indigentes, em valas comuns ou clandestinas, sem a posterior identificação do corpo, ou, ainda, simplesmente quando há indícios que apontem a inconsistência na identificação dos restos mortais, aquelas deverão ser incluídas na categoria de desaparecidos, mesmo se houver documentos oficiais atestando sua morte (como certidão de óbito ou laudo de exame cadavérico) (Brasil, 2014, p. 295).

Diante de tal definição, essa guerrilheira não nomeada foi vítima do desaparecimento forçado, estratégia essa que dizimou boa parte dos militantes contrários às ditaduras no Brasil e na América Latina como um todo.

Por fim, a outra guerrilheira não identificada de *Azul corvo* aparece durante uma das operações militares. É destacada na narração por ser bonita, talvez para indicar que nem essa característica, desejável segundo os padrões sociais, a livraria de uma morte violenta. Ao ser atingida na perna, um dos militares perguntou o seu nome, ao que respondeu: "[...] guerrilheira não tem nome, seu filho da puta. Eu luto pela liberdade" (Lisboa, 2014, p. 278). Os cerca de dez patrulheiros que a abordaram descarregaram todas as suas munições em seu corpo.

Assim, por meio dessas personagens, temos exemplos da violência de gênero de que as mulheres guerrilheiras foram vítimas no Araguaia. De modo geral, portanto, pode-se afirmar que em *Azul corvo* as personagens guerrilheiras se destacam, diante de uma pretensa fragilidade, por sua coragem e motivações próprias.

### Considerações finais

Diante da análise de *Azul corvo* como romance de filiação, da abordagem da Guerrilha do Araguaia e do exame de duas categorias de personagens mulheres presentes nesse romance pós-ditatorial – a herdeira e as guerrilheiras –, chega-se à proposta realizada na introdução deste estudo: a de que a construção narrativa da personagem herdeira (Evangalina) é um meio de resgate e de destaque da personagem guerrilheira (Manuela e companheiras), potencializado pelo gênero romance de filiação. Retomando a

provocação de Figueiredo (2020), que conchama a crítica feminista a observar a construção da personagem mulher por escritoras mulheres, Evangelina se mostra e se constrói como sujeito de seu próprio discurso. Por meio da narração da protagonista, em *Azul corvo*, Adriana Lisboa estabelece um processo de "autonomização das mulheres enquanto cidadãs, no palco social, e como isso se reflete (ou não) no âmbito doméstico, em suas relações afetivas" (Figueiredo, 2020, p. 92). A jovem, ao se tornar a receptora das memórias de um ex-guerrilheiro do Araguaia, que sobreviveu ao abandonar seu posto, fugido do país para nunca mais voltar, e que teve de conviver com a culpa da sobrevivência e deserção, é a pessoa que poderá ser a testemunha a que Gagnebin (2006) se refere. Ao elaborar o trauma de seu pai afetivo, a cuja genealogia deseja pertencer, Vanja busca informações em outros espaços e monta um quebra-cabeças entre individual e coletivo, familiar e nacional, em que tem a autonomia de recriar as memórias e informações herdadas segundo seu conhecimento e sua imaginação. Logo, é a partir dessa herança geracional, indispensável no gênero romance de filiação, que ela pôde acessar e reverberar as vozes das guerrilheiras vítimas de violência de gênero no contexto da Guerrilha do Araguaia, sejam elas conhecidas ou anônimas, de existência puramente "real" ou ficcional. Foi assim também que Evangelina conseguiu refletir sobre a história brasileira recente e afirmar, a despeito de seu sentimento de pertença a um ambiente estrangeiro (no desfecho de sua narração), sua ligação afetivamente indissolúvel com o Brasil.

## Referências

- BERND, Zilá; SOARES, Tanira R. Modos de transmissão intergeracional em romances da literatura brasileira atual. *Alea*, Rio de Janeiro, v. 18/3, p. 405-421, set./dez. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/alea/a/6Kry4qKswngbT7bwmFwGggt/?lang=pt>. Acesso em: 31 mar. 2025.
- BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório Comissão Nacional da Verdade*. Brasília: CNV, 2014. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/>. Acesso em: 1 abr. 2025.
- CANDAU, Joël. *Memória e identidade*. Trad. Maria Leticia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2011.
- FIGUEIREDO, Euridice. *A literatura como arquivo da ditadura brasileira*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2017.
- FIGUEIREDO, Euridice. *Mulheres contra a ditadura: escrever é (também) uma forma de resistência*. Porto Alegre: Zouk, 2024.
- FIGUEIREDO, Euridice. *Por uma crítica feminista: leituras transversais de escritoras brasileiras*. Porto Alegre: Zouk, 2020.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. Memória, história, testemunho. In: GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2006. p. 49-58.
- LICARIÃO, Berttoni. A memória da ditadura na ficção pós-CNV. In: LACERDA, Amanda; CLAUDIANO, Leonardo; IGNÁCIO, Valéria (org.). *A captura do real e os intraduzíveis na literatura latino-americana sobre as ditaduras*. Parnamirim: Editora Biblioteca Ocidente, 2023. p. 38-77.
- LISBOA, Adriana. *Azul corvo*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.
- MORAIS, Tais; SILVA, Eumano. *Operação Araguaia: os arquivos secretos da guerrilha*. 2 ed. São Paulo: Geração Editorial, 2005.
- MUXEL, Anne. *Individu et mémoire familiale*. Paris: Hachette, 1996.
- OLIVIERI-GODET, Rita; GARCIA, Mireille. Apresentação: literatura e ditadura. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, Brasília, n. 60, p. 1-5, maio/ago. 2020. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/estudos/issue/view/1995>. Acesso em: 1 abr. 2025.
- PAJOLLA, Alessandra Dalva de Souza. Bastardos e órfãos contemporâneos: a arqueologia da infância nos romances de filiação. *Estudos De Literatura Brasileira Contemporânea*, Brasília, n. 46, p. 105-116, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/estudos/article/view/10037>. Acesso em: 5 abr. 2025.
- PANNAIN, Rafaela Nunes. A caminho do Araguaia: três trajetórias militantes. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 23, n. 57, p. 300-325, 2021. DOI: 10.1590/15174522-104561. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/sociologias/article/view/104561>. Acesso em: 31 mar. 2025.
- PEIXOTO, Rodrigo Corrêa Diniz. Memória social da Guerrilha do Araguaia e da guerra que veio depois. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, Belém, v. 6, n. 3, p. 479-499, set./dez. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/7yNB4vJFZrc5Qp5LWM-GSnbp/?lang=pt>. Acesso em: 20 mar. 2025.
- PIVETTA, Rejane; THOMAZ, Paulo. Apresentação – Ditadura: um passado para se fazer narrar no presente. In: PIVETTA, Rejane; THOMAZ, Paulo (org.). *Literatura e ditadura*. Porto Alegre: Zouk, 2020.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditadura no Brasil entre história e memória. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). *Ditaduras militares: Brasil, Argentina, Chile e Uruguai*. Belo Horizonte: UFMG, 2015. p. 237-252.

ROBIN, Régine. *Le roman mémoriel: de l'histoire à l'écriture du hors lieu*. Montréal: Préambule, 1989.

STUDART, Hugo. Em busca das memórias perdidas: o acessar aos arquivos secretos da ditadura e o desvendar das lembranças dos sobreviventes da Guerrilha do Araguaia. *Em Tempo de Histórias*, Brasília, n. 20, p. 9-30. jan./jul. 2012. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/emtempos/article/view/19855?articlesBySimilarityPage=3>. Acesso em: 31 mar. 2025.

TELES, Janaína de Almeida. Ditadura e repressão no Brasil e na Argentina: paralelos e distinções. In: CALVEIRO, Pilar. *Poder e desaparecimento: os campos de concentração na Argentina*. Trad. Fernando Correa Prado. São Paulo: Boitempo, 2013.

VIART, Dominique. Récits de filiation. In: VIART, Dominique; VERCIER, Bruno. *La littérature française au présent: héritage, modernité, mutations*. Paris: Bordas, 2005.

---

## Renata Rocha Ribeiro

Professora de Literatura Brasileira e Estágio em ensino de Literatura na Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás (FL/UFG). Professora da área de Estudos Literários no Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Goiás (PPGLL/UFG). Bacharela, mestra e doutora em Estudos Literários pela Universidade Federal de Goiás. Desenvolveu a pesquisa de pós-doutoramento intitulada "Memórias da ditadura em romances de Adriana Lisboa e Maria Teresa Andruetto" junto ao Programa de Pós-Graduação em Literatura da Universidade Federal de Minas Gerais (2018-2019) com financiamento da Fapeg/CAPES. Realizou estágio pós-doutoral na Università degli Studi Gabriele d'Annunzio Chieti-Pescara sobre narrativas que tratam da Guerrilha do Araguaia (2023-2024).

---

## Endereço para correspondência

### RENATA ROCHA RIBEIRO

Universidade Federal de Goiás  
Faculdade de Letras (FL/UFG)  
Alameda Palmeiras, Quadra A  
Câmpus Samambaia  
74690-900  
Goiânia, Goiás, Brasil

*Os textos deste artigo foram revisados por Araceli Pimentel Godinho e submetidos para validação dos autores antes da publicação.*